

17 de Agosto 2020

Segunda-feira

Semanário - Ano 5

Nº 222

Director-Geral

Evaristo Mulaza



Mário Mujetes © VE



Filomena Oliveira critica contratação da Bloomberg por 40 milhões USD

INVESTIMENTO. Empresária afirma que os investidores estrangeiros sérios “não são impressionados com campanhas de publicidade”. E observa que os 40 milhões de dólares “torrados” com a Bloomberg fazem falta à produção nacional e ao combate à pobreza. Em carta ao Ministério da Economia e Planeamento, Filomena Oliveira acusa ainda o Governo de violar a Lei da Publicidade. **Pág. 6**

GEORGES LUAMBA, ACADÉMICO E EMPRESÁRIO

“É preciso descontinuar a construção de hidroeléctricas”

ENTREVISTA. Formado em Energias Renováveis em Portugal, o empresário critica os investimentos intensivos nas grandes barragens, quando o país possui alternativas mais económicas e limpas, com o potencial solar e eólico. Georges Luamba, que preside à administração da empresa Pólo Industrial de Protecção de Aerodinâmicas, vê “interesses inconfessos” nos contratos e pede a descontinuação das hidroeléctricas. **Págs. 4 e 5**



Kubinga factura 60 milhões kz

Após ter registado um recuo de 70% na facturação ao longo do estado de emergência, a plataforma Kubinga, conhecida como a ‘Uber angolana’, começa a recuperar os números anteriores à pandemia. A empresa já factura 60 milhões de kwanzas por mês, menos 20 milhões do que os resultados anteriores a Março. **Pág. 10**



ESTUDO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Fábricas têxteis criaram “grande cartel”

Pág. 9



CONCLUSÕES DA ASSEMBLEIA-GERAL

Accionistas da Unitel desistem de auditoria forense

Pág. 10

Editorial

TRÊS TEORIAS: O CASO SONANGOL

Há essencialmente três teorias. Há quem entenda haver interesse genuíno do poder em combater a corrupção. Há quem veja um plano maquiavélico que visa exclusivamente a salvação do MPLA do desgaste que se vem acentuando particularmente nos últimos seis anos. E há quem esteja certo de que o que se passa no país é a efectivação de agendas pessoais dos novos rostos do poder contra pessoas concretas. Das três, é a última que se vai tornando cada vez mais descarada e as provas não deixam de se acumular. E mais: são precisamente os argumentos da terceira teoria que anulam o que se diz sobre as demais.

Vejamos, mais uma vez, o caso Sonangol. Qualquer angolano médio sabe da convicção generalizada de que foi essencialmente da principal empresa pública que irradiou a grande corrupção que prosperou no país especialmente nos últimos 20 anos. No imaginário colectivo, mora a firmeza de que tudo o que sabe hoje, por obra da imprensa, é uma gota no que seria o oceano de escândalos, caso toda a verdade sobre a Sonangol viesse para fora. Mas quiseram as coincidências que, num momento em que os holofotes do poder se viraram contra Isabel dos Santos, sobre a Sonangol saíssem exclusivamente informações relacionadas

com a gestão da empresária. Que, recorde-se, esteve no comando da petrolífera por menos de um ano e meio. Todo o histórico anterior a Isabel dos Santos, por mera coincidência, manteve-se fora das habilidades do 'hacker' que trouxe à tona o Luanda Leaks. Mas esta semana, outra vez pela teimosa coincidência, veio mais um porquê de o verdadeiro histórico da gestão da grande Sonangol manter-se selado.

Depois de ter começado mais uma rixa na Unitel para ver a gestão dos últimos 10 anos sob o pente fino de uma auditoria forense, a Sonangol decidiu recuar. Mas não o fez para deixar descansada Isabel dos Santos e quem a acompanhou na gestão da telefónica. A desistência ter-se-á devido, como escreve o Expresso, a receios de que a auditoria à Unitel seria o ponto de partida para se chegar a tão solicitada auditoria à própria Sonangol. Na verdade, na semana passada, o VALOR antecipou, a propósito, as divergências dentro da petrolífera quanto ao tema da revisão das con-

tas que queria impor à Unitel. E a explicação desse desassossego não poderia ser mais óbvia. Uma auditoria externa e independente à gestão da Sonangol não deixaria pedra sobre pedra. Seria o tsunami perfeito que só a (in)justiça selectiva seria capaz de travar.

Deixando a Sonangol de lado, os atropelos descarados da justiça são outra prova de que a teoria das agendas pessoais é mais sólida. Mais do que a tese do interesse nacional ou da conspiração a favor do MPLA. Só isso explica que um Tribunal se dê ao luxo de proferir sentenças, ignorando todas as provas que desmontam toda uma acusação. E, mais do que isso, chegar ao ponto de contradizer-se na valorização de uma mesma prova, considerando-o simultaneamente fundamental para o esclarecimento da verdade e desnecessária para o esclarecimento da verdade. É o tal duplo pensamento de George Orwell aplicado de forma fria na justiça. Esta, a justiça definitivamente não mudou.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



NATIVIDADE DA SILVA, administrador adjunto do Icolo e Bengo

Como está o nível de empregabilidade no município?

O desemprego é grande, a maior parte das famílias é agricultora, tem a sua lavra, canoa para pescar. Sobre empregos formais, temos algumas empresas, empregam algumas famílias, mas a maior parte das pessoas contratadas é proveniente de outros municípios por causa do nível de escolaridade. As pessoas terminam o segundo ciclo e depois não têm como dar sequência.

O que se tem feito para inverter o quadro?

Nós, pelo PIIM, recebemos 10 projectos de escolas, cinco T5 e igual número de T12. Estamos a construir. O que teremos de fazer depois é adicionar biblioteca, transformar em institutos e em centros técnicos. Temos ainda um centro médico e uma esquadra de polícia. Estamos a cobrar as empresas que empreguem mão-de-obra local.

Nota-se fraco investimento privado nos vários domínios...

Existe alguma burocracia em quase toda a administração pública. Há alguns projectos que tinham de ser muito bem clarificados, como as condições que as pessoas tinham de ter para a cedência de um espaço para trabalhar. Tínhamos de publicar esses documentos na vitrina. As outras questões, não termos energia eléctrica nem água potável, criam alguma dificuldade.

11
TERÇA - FEIRA
O Presidente da República solicita à Assembleia Nacional a reapreciação de artigos específicos do Código de Processo Penal, relacionados com os crimes cometidos no exercício de funções públicas. É a primeira reapreciação que o Presidente solicita à Casa das Leis.

12
QUARTA - FEIRA
O Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) sobe para 22,93% em Julho, um acréscimo de 5,69 pontos percentuais face ao período homólogo, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística.

13
QUINTA - FEIRA
O Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) lamenta a “indisponibilidade do Estado” em apoiar os órgãos de comunicação social privados, em “situação crítica de tesouraria”, observando ser um direito legal que lhes “é recusado há décadas”.



SEGUNDA-FEIRA Os governos de Angola e dos Emirados Árabes Unidos ratificam a convenção para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal, visando impedir que os empresários paguem impostos nos dois países e fujam ao fisco.

14
SEXTA - FEIRA
Walter Filipe e José Filomeno dos Santos são condenados a oito e cinco anos de prisão, respectivamente, no ‘caso 500 milhões’. São também condenados o empresário Jorge Gaudens e o ex-director do BNA António Manuel.

15
SÁBADO
São conhecidas novas regras do estado de calamidade, sendo que o comércio de bens e serviços, incluindo cantinas e similares, passa a funcionar das 7 às 19 horas, com uma força de trabalho de até 50%, em Luanda, e 75% nas demais províncias.

16
DOMINGO
As transportadoras aéreas TAP e Taag anunciam sete novos voos na rota Luanda-Lisboa em Agosto, depois de ter sido prorrogada, no sábado, a situação de calamidade pública até 08 de Setembro.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM ALTA...

O petróleo subiu, esta segunda-feira, em resultado do enfraquecimento do dólar. O Brent, referência para as exportações angolanas, encerrou em alta nos 1,27%, com os contratos para Outubro a serem negociados por 45,37 dólares o barril, depois de ter fechado a sexta-feira nos 44,80 dólares. Já o WTI terminou a sessão a subir 2,09%, colocando as entregas para Setembro nos 42,89 dólares o barril.



OURO TAMBÉM SEGUE ANIMADO...

O enfraquecimento do dólar e as restrições impostas à Huawei pelos Estados Unidos, factor do recrudescimento das tensões entre Washington e Pequim, influenciaram o encerramento positivo do ouro. Na divisão para metais da Nymex, o ouro para Dezembro fechou nos 1.998,70 a onça-troy, uma subida de 2,50%, chegando atingir os 2.000,80 a onça-troy.

Entrevista

GEORGES LUAMBA, PCA DO PÓLO INDUSTRIAL DE PROTECÇÃO DE AERODINÂMICAS

“É lamentável termos centrais térmicas em muitas zonas com potencial eólico”

Empresário, com formação em energias renováveis, alerta para aposta neste sector de forma a reduzir o dispêndio de recursos financeiros em projectos térmicos e hidroeléctricos. Inconformado com as barreiras institucionais instaladas, afirma que há “interesses inconfessos nos contratos” a nível do Ministério da Energia e Águas (Minea).



Por Júlio Gomes

Como vê a evolução do tema das energias renováveis em Angola? Em 2014, apresentámos um estudo de viabilidade sobre os ventos, com uma demonstração daquilo que deve-

ria ser feito sobre a exploração da energia eólica em Angola. Houve a participação de 11 engenheiros, mas foi simplesmente desvalorizado pelo actual ministro da Energia e Águas.

E quais foram as questões essenciais levantadas nesse estudo?

Não é admissível, com os ventos que o país tem, continuarmos a gastar fortunas com centrais térmicas que vendem a energia a cerca de 250 dólares o megawatt mesmo com

a subvenção do Estado ao combustível, num consumo de cerca de 316 litros por hora. Se fizermos os cálculos, o dinheiro que o Governo gasta num mês seria suficiente para se manter uma pequena central solar de 5 megawatts, o suficiente para abastecer uma aldeia com mais de 500 habitantes. Há interesses inconfessos nestes contratos.

É essa a razão da falta da aposta nas renováveis, os “interesses inconfessos”?

O problema consiste no facto de as entidades de direito não quererem dar espaço aos privados neste sector. Vou dar um exemplo: quando se anunciou a instalação do parque de energias renováveis do Namibe, nós andamos muito tempo à procura dos responsáveis deste projecto para darmos o nosso contributo. A ideia era saber se a tecnologia e os técnicos responsáveis para a edificação deste parque se encontravam no país, mas não obtivemos resultado. Com o conhecimento

que temos sobre as energias renováveis, assumiríamos a responsabilidade, mas infelizmente nem naquela altura nem hoje somos achados.

Em tese, fomos dos primeiros a apresentar um estudo profundo sobre energias renováveis, porque também queríamos participar da execução, mas simplesmente fomos ignorados.

Porquê?

Deviam questionar o ministro da Energia e Águas.

O país tem, entretanto, em algumas condições mais favoráveis face até a alguns países da Europa...

Sim, falamos de duas fontes de energias renováveis, nomeadamente a força cinética do vento e a energia solar. O país tem a felicidade de ter sido agraciado com ventos a 80 metros de altura, enquanto alguns países da Europa buscam o vento a uma altura de 120 ou 150 metros de altura. É inadmissível a instalação de centrais térmicas em locais com condições propícias para exploração de energia eólica e solar.

Esse potencial é calculável?

Angola tem um elevado potencial de recursos solares com uma radiação global no plano horizontal anual média compreendida entre 1.350 kilowatts a 2.070 kilowatts metros quadrados ano. Portanto, trata-se de um dos maiores recursos renováveis que o país tem e está uniformemente distribuído.

E quanto à energia eólica?

O país também é detentor de um grande potencial de ventos. O nosso mapa de recursos eólicos permitiu identificar 12 locais com condições favoráveis para a instalação de parques eólicos com uma potência variada, onde podemos, segundo estatísticas do Ministério da Energia e Águas, produzir cerca de 3.900 megawatts de potência. A grande vantagem é que estes ventos estão próximos de redes de subestações com capacidade para absorver esta energia toda.

Em muitos municípios, não precisaríamos produzir grandes escalas de potência. Assistimos à construção de alguns parques solares de 5 megawatts de potência. Só que a parte triste é que estas infra-estruturas custaram uma grande fortuna, ou melhor, o dobro do preço que o mercado oferece, e não estão completas, pois os painéis fotovoltaicos só fornecem energia ao longo

“*As coisas andam muito confusas. O problema é sabermos quem tem o domínio de tudo isto, se é o Presidente da República, o ministro da Energia e Águas, ou o governador de província.*”

do dia, quando deveriam abastecer também à noite, altura em que há maior necessidade.

É uma aberração que, em pleno século XXI, o país tenha pouco mais de 70% da população desprovida de energia eléctrica e os poucos beneficiários com sérios problemas de cortes constantes, incluindo na capital, onde há bairros que não beneficiam deste bem público desde a Independência.

E, face à aparente falta de vontade, pelos “interesses inconfessos” a que se referiu, que alternativas?

As coisas andam muito confusas. O problema é sabermos quem tem o domínio de tudo isto, se é o Presidente da República, o ministro da Energia e Águas, ou o governador de província. Muitas vezes, andamos por aí feitos ‘baratas tontas’ sem saber quem responde sobre o quê e sem saber quem pode autorizar a resolução deste ou daquele problema. O que existe é a preguiça do homem em fazer as coisas acontecerem. Isto é, como termos uma ponte que nos permite atravessar o rio. A ponte está presente, mas queremos contornar o rio, o que fica mais difícil e mais perigoso. Os órgãos decisórios do país deveriam repensar o sector da energia, começando pelos quadros, boa parte destes formados na Europa e com ‘cartas’ da sua participação em muitos projectos de energia eólica e solar no mundo. Muitos destes quadros se encontram em Angola e com vontade de entrar no debate sobre as energias renováveis.

E como avalia, grosso modo, os projectos liderados pelo Minea?

Em Agosto de 2012, o Minea, na pessoa do actual titular, o engenheiro João Baptista Borges, assinou a construção de um parque que iria produzir 100 megawatts de energia eólica, que estariam disponíveis em 2017. Mas, ao que se sabe, o projecto ficou simplesmente no papel. Trata-se de um projecto aprovado pelo Conselho de Ministros e estava avaliado em 178 milhões de dólares e devia ser instalado no Namibe, província com fortes ventos propícios à produção de energia eólica, mas nunca foi montado. E desconhece-se o paradeiro do dinheiro. Ninguém foi responsabilizado.

Por outro lado, o país desenvolveu capacidades hídricas desde 2012. Estou a falar da construção da barragem de Laúca. Aumentaram-se as potências das barragens



de Capanda e de Cambambe com custos elevadíssimos na ordem de três a quatro vezes mais do que o normal.

A propósito disso, apesar das insuficiências que menciona, há um certo reconhecimento de que a oferta tenha melhorado com esses investimentos...

Anunciou-se que o país passou a contar com 5 mil megawatts de potência, mas apenas 3,7 estão a ser consumidos. Para um país com a dimensão de Angola, isto é uma gota no oceano. Há países da

Europa muito pequenos, em termos demográficos, mas têm um grande potencial energético mais do que Angola com cerca de 30 milhões de habitantes.

Portugal, por exemplo, um país 18 vezes menor que Angola, e com cerca de 12 milhões de habitantes, tem um potencial energético de 22 mil megawatts. O que Angola gastou na instalação destes 5 mil megawatts dava para instalar mais 10 mil megawatts e pôr tudo a funcionar.

Então desaconselha o recurso às barragens?

Muitas vezes, andamos por aí feitos ‘baratas tontas’ sem saber quem responde sobre o quê quem pode autorizar a resolução deste ou daquele problema.

Em tese, fomos dos primeiros a apresentar um estudo profundo sobre energias renováveis, mas simplesmente fomos ignorados.

Não é admissível, com os ventos que o país tem, continuarmos a gastar fortunas com centrais térmicas que vendem a energia a cerca de 250 dólares o megawatt.

PERFIL

George Luamba, 55 anos, formou-se em Portugal, em energias renováveis. De volta ao país, criou, há cinco anos, a sua empresa para entrar neste segmento de negócio, mas “não está a ser um exercício fácil”, por causa de “muitos artifícios desnecessários, que só atrapalham o desenvolvimento”.

É preciso descontinuar a construção de barragens hidroeléctricas. O Governo deve ter em atenção as energias renováveis. Veja que a construção da barragem do Laúca, que envolveu o desvio do rio, foi a todos os níveis prejudicial para o país, desde a destruição do meio ambiente, espécies animais, só para citar estes danos. Foi aplicado muito betão, montaram-se várias estruturas metálicas só para construirmos uma barragem com biliões de dólares, um montante que serviria para produzir a mesma potência que o país tem agora com recurso à energia limpa. É lamentável termos centrais térmicas em muitas zonas com potencial eólico.

E como analisa as insuficiências no segmento da distribuição?

O Estado deveria descentralizar este sector e deixar que entidades privadas com capacidade financeira e potencialidades técnicas tomassem conta do mercado em benefício do Estado. E caberia ao Estado a função reguladora, fiscalizadora e controladora de toda a produção. Insisto que a solução do abastecimento de energia eléctrica passa pela aposta, a curto prazo, na exploração da energia eólica e solar.

O país está numa encruzilhada com a crise económica que se arrasta desde 2014 e agora com a Covid-19...

O próprio Presidente da República reconhece que a solução dos problemas do país não está no petróleo e nem no diamante, como muitos pensam, mas, sim, no homem. É preciso repensar o homem para que este busque soluções reais dos problemas do angolano, fora das bandeiras políticas.

Portanto, a política do ‘homem novo’ do MPLA fracassou?

Desde 1975, o homem que continuamos a ter em Angola é o mesmo. Apenas éramos oito milhões de habitantes. É este homem que destruiu as fábricas, a siderurgia nacional, a Induve, a Mabor General, a Textang I e II, a Sociborda, a Vulcap, ou seja, tudo o que era indústria. Se tivéssemos feito a coisa certa na altura, hoje estaríamos ao nível dos grandes países industrializados. Portanto, é este homem que foi desenvolvendo até ao século XXI. As práticas perniciosas do passado continuam até ao presente. O carícatro nisso é que Luanda não foi directamente afectada pela guerra, mas está tudo por fazer.

Economia/Política

EM CARTA ENVIADA AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO

Filomena Oliveira questiona contratação da Bloomberg



Filomena Oliveira acusa o Executivo de ter violado a Lei da Publicidade

vos mensuráveis. Investimento em marketing é um investimento que requer o seu retorno mensurável”, acrescenta.

VIOLAÇÃO DA LEI DA PUBLICIDADE

Por outro lado, Filomena Oliveira acusa o Governo de ter violado a Lei da Publicidade, lembrando que a mesma define que “toda a publicidade institucional em Angola deve ser feita através de agências registadas em Angola, e através de concurso público” e questiona se “foi isto que foi observado”, bem como se “foi a AAEPM (Associação Angolana das Empresas de Publicidade e Marketing) consultada”. “Até quando é que o próprio Estado vai violar as próprias leis aprovadas em Assembleia da República e a concorrer directamente com as empresas em Angola? Já não basta estarem a ‘canibalizar’ as MPME com o não pagamento atempado da dívida do Estado por produtos e serviços efectiva e comprovadamente usufruídos? É assim que estamos a corrigir o que está mal e a promover a produção nacional com serviços nacionais? Afinal, qual é a estratégia económica do país? Ou será que continuamos no faz de conta?”, remata a empresária.

Em Abril, o Presidente João Lourenço autorizou despesas, sem avançar o valor, para “a contratação de serviços de marketing, actividades tendentes a acelerar a captação de investimento privado externo e a identificação de investidores”, delegando competência ao PCA da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações. Agora em Agosto, António Henriques da Silva revelou que o Governo assinou um contrato de dois anos com a agência norte-americana Bloomberg, que já está em fase de implementação, visando a captação de investimento entre os clientes da multinacional.

INVESTIMENTO. Empresária reage à contratação da agência norte-americana para a captação de capital estrangeiro, sugerindo mesmo que o Governo violou a Lei da Publicidade.

Por César Silveira

A empresária Filomena Oliveira coloca em causa a política de captação de investimento externo do Governo, após o anúncio da contratação da agência de lobby Bloomberg, interrogando se o Presidente da República sabe que empresários estrangeiros sérios “não são impressionados

com campanhas de publicidade”.

Notando que Angola vai “torrar mais de 40 milhões de dólares, numa campanha de publicidade e marketing agora na Bloomberg”, acrescenta que o valor é “bem preciso para a nossa produção nacional”. “Ou mesmo, por exemplo, para retirar o município do Curoca da pobreza extrema em que se encontra, ou apoiar o sector dos serviços em Angola, que não beneficiaram até agora de qualquer alívio económico, incluindo as Agências de Publicidade e Marketing de Angola”, lê-se

na reacção enviada ao Ministério da Economia e Planeamento e a que o VALOR teve acesso.

Filomena Oliveira considera ainda não ser necessário sair-se do país para “atrair investidores sérios”, sugerindo que “basta trabalhar com as embaixadas acreditadas em Angola”. “É nos serviços de inteligência corporativa e de ambiente de negócios contidos nos relatórios mensais dos adidos comerciais e embaixadores enviados aos seus governos e representantes da classe empresarial dos seus países, que os potenciais investidores são motivados a investir no país e não em campanhas de publicidade”, argumenta.

E questiona: “quantos investidores foram atraídos com a anterior campanha na CNN? Quanto foi gasto? Há um relatório com as lições aprendidas desta cam-

panha? Serviu de base para esta decisão?”. Oliveira interroga ainda se João Lourenço foi informado de que se trata de “uma campanha sem objectivos mensuráveis”. “Será que o Senhor Presidente da República sabe que empresários estrangeiros que são sérios consultam os relatórios das suas embaixadas em Angola e relatórios das várias Agências das Nações Unidas, e não são impressionados com campanhas de publicidade?”, insiste.

“Desculpem, muito gostamos nós de andar a ‘fazer de conta que somos especiais’, a esbanjar dinheiro à toa, para promover dois ou três contratados do Estado e com a contínua arrogância de não consultarem todos os ‘stakeholders’ de Angola, sem um projecto com os requisitos e o âmbito validados, e claramente sem objecti-

DEPÓSITO BIC CRESCER+



FAÇA O SEU DINHEIRO CRESCER DA NOITE PARA O DIA

**SUBSCREVA O DEPÓSITO
A PRAZO **CRESCER+** E RECEBA
MENSALMENTE RENDIMENTOS
ANTECIPADOS ATÉ 15,5%**

Montante mínimo de AKZ 500.000,00 e sem montante máximo aplicável.
Prazos: 90 dias (14,5%) e 180 dias (15,5%).
Mobilização (não permite) | Antecipação de juros aplicável apenas a novos fundos.

 **LINHA DE ATENDIMENTO BIC**
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ae

No Banco BIC encontra a solução que lhe permite ver a sua conta crescer mais. Visite agora o balcão mais próximo e conheça todas as condições do novo Depósito a Prazo **CRESCER+** com juros de 15,5% em depósitos a 180 dias ou 14,5% em 90 dias, com pagamentos antecipados.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Economia/Política



PRODUTOS DO MAR VINDOS DE PORTUGAL

Importações quebram para 12 milhões de euros

TROCAS COMERCIAIS. Registou-se um recuo de perto de 48% nas compras e Angola não consta entre os países africanos vendedores para Portugal, ranking liderado pela África do Sul.

Por César Silveira

Angola importou, em 2019, peixe e outros produtos do mar de Portugal no valor de 12.838 mil euros, uma redução de mais de 11,8 milhões de euros, ou 47,9%, face a 2018, ano em que as compras atingiram os 24,655 milhões de euros.

Os dados constam do relatório sobre 'Comércio internacional da pesca, preparações e outros produtos do mar' do gabinete de estratégia e estudo, do ministério português da Economia.

Em termos percentuais, as exportações para Angola registaram a maior redução, seguindo-se às dos Estados Unidos que recuaram 27%. Em valor, entretanto, Angola foi a segunda maior queda (-11 milhões), depois das compras espanholas que recuaram mais 13,7 milhões.

Sequencialmente, o mercado

angolano passou a valer 1,2% do volume das exportações portuguesas em 2019 (1 075 018 000) face 2,3% de 2018, ano em que Portugal exportou 1 095 613 000 euros. Angola caiu também um lugar, para a oitava posição, no ranking dos mercados mais valiosos para os produtos portugueses. "Os maiores decréscimos couberam às exportações para Espanha (-13,8 milhões de euros), Angola (-11,8 milhões), Itália (-10,8 milhões) e EUA (-8,2 milhões)", precisa o documento.

Com a mesma tendência, as importações de bacalhau caíram 41,4%, passando de 7,967 milhões para 4,667 milhões de euros. Em consequência, a importância do mercado angolano para as vendas do produto português passou de 6,4% para 3,2%.

O recuo nas compras de peixe de Portugal poderia ser motivo de satisfação se o mesmo tivesse sido consequência do aumento da produção interna, mas não foi o caso. De acordo com vários operadores contactados pelo VALOR, os importadores apresentaram a difi-

culdade de acesso a divisas como a principal razão para a redução nas compras no mercado português.

Os números referentes à produção local, mais concretamente a captura, dão conta que, em 2019, foram capturadas 443,2 mil toneladas, um ligeiro aumento de 0,2% face à produção de 2018, mas ficando 17% abaixo da previsão de 533,8 mil toneladas.

ANGOLA FORA DOS VENDEDORES

Angola, por outro lado, não consta entre os principais vendedores para o mercado português, estando entre os africanos a África do Sul e a Namíbia que venderam mercadorias no valor de 36,4 milhões de euros (+3,2%) e 26,2 milhões de euros (+8,8%), respectivamente. Moçambique, Senegal, Mauritânia, Maurícias, Tanzânia e Marrocos são os outros países africanos que constam da lista de 28 exportadores de produtos do mar para Portugal, que, em 2019, gastou mais de 2,2 mil milhões de euros, 1,335 mil milhões dos quais só em peixe.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 22:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Chefes de Estado e de Governo da SADC apreciaram a possibilidade de realização, em Março próximo, de uma cimeira extraordinária presencial, que decorreria em Maputo, Moçambique, caso a situação da Covid-19 na região esteja controlada.

ESTUDO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Fábricas têxteis criaram cartel e quase acabaram com empresas de vestuário

TRANSFORMAÇÃO. Unidades fabris concorrerem com os próprios clientes. E especialistas sugerem a criação de um conselho de gestão, constituído por representantes do sector industrial das confecções para as três unidades.

Por Isabel Dinis

O investimento de 1,2 mil milhões de dólares do Governo nas três fábricas têxteis “reveleu-se um fracasso” e criou, no “pouco tempo em que uma delas operou, um grande cartel que quase acabou com as poucas empresas do sector do vestuário que sobreviveram”.

A conclusão é de um ‘Estudo da Cadeia de Valor do Sector Têxtil, Vestuário e Calçado’ desenvolvido no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), lançado recentemente em Luanda.

As três fábricas têxteis foram projectadas como uma das soluções para a falta de matéria-prima para as confecções. O estudo conclui que se transformaram num “grande cartel que ficou inoperante graças à falta de formação dos gestores”.

As fragilidades detectadas pelos especialistas passam por as empresas terem um ‘mix’ de produtos incompatíveis com as necessidades de mercado e em funcionamento “concorreriam com os seus próprios clientes”. “Pois são verticalizadas, além de formarem um ‘cartel’ que gera mais incertezas do que soluções junto de todos os ‘players’ (produtores, clientes locais e estrangeiros)”.

O estudo enfatiza que o sector têxtil em Angola “tem todas as condições para diminuir as impor-



1,2

Mil milhões de dólares, investimento feito na recuperação das três fábricas

tações, aumentar a produção nacional e contribuir para o aumento das exportações do país”.

O levantamento visou identificar as principais fragilidades das cadeias de valor que constituem o sector têxtil, vestuário e calçado e propor medidas e recomendações. Nas conclusões, destaca-se que as empresas “não se modernizaram para servir de base para o abastecimento do sector do vestuário

e redução das importações, o que seria mais lógico num país com as necessidades de Angola”.

Das três fábricas, uma enveredou para o produto final, linha de cama, mesa e banho. A segunda propôs-se confeccionar na área da malharia, com o fabrico de ‘t-shirts’ e camisas pólo. A única empresa “assumidamente” fornecedora de tecidos para o mercado funcionava com um único produto, artigos para uniformes, “prejudicando o abastecimento de outros materiais que servem de ‘input’ para outros produtos, sendo que o mercado de vestuário não se resume única e exclusivamente a uma linha de produtos, neste caso uniformes”. O estudo acrescenta que o sector acabou por se especializar no fornecimento de uniformes para o Governo, estratégia considerada “extremamente frágil face a uma

concorrência baseada em preço”. “Esta situação fez com que o sector do vestuário e do calçado perdesse competitividade com empresas internacionais devido ao grande ‘gap’ de conhecimento técnico existente na área.”

Os especialistas acreditam que, para que os objectivos do Prodesi sejam concretizados, a “situação existente necessita de uma revisão completa para concretizar os objectivos previstos”.

PRODUÇÃO DE ALGODÃO INSIGNIFICANTE E FALTA DE ‘KNOW-HOW’

A produção de algodão “insignificante” que nem atingiu as mil toneladas nos últimos anos é apontada como uma das fragilidades do sector têxtil. A falta de ‘know-how’ também é outra das debilidades. As outras passam por não existir

produção de sementes e fábricas de descaroçamento, entre outras unidades.

Uma das recomendações citadas no estudo é a de que se devem criar pequenas unidades de produção de tecidos especializadas e distribuídas pelas províncias, tanto para vestidos de malha como para tecidos planos.

Propõe ainda a criação de um conselho de gestão constituído por representantes do sector industrial das confecções – Aiteca, representantes do Governo e uma empresa de consultoria especializada para gerir, de maneira compartilhada, as empresas. É ainda proposto analisar a viabilidade de converter as três unidades têxteis em fiações para “satisfazer a procura futura dos mercados, uma vez que os investimentos em novas unidades requerem muitos recursos”.

Mercados & Negócios



Sócios da Unitel desistem da auditoria forense

Depois de vários dias sem consenso sobre a realização ou não de uma auditoria forense ao exercício dos últimos 10 anos, os accionistas da Unitel decidiram não avançar com a mesma, de acordo com fonte da operadora.

Terá concorrido para a decisão o entendimento segundo o qual não faria muito sentido a auditoria, visto que os relatórios e contas da empresa foram sempre auditados e, sobretudo, porque a Sonangol, accionista que exigia a auditoria, sempre fez parte do conselho de administração, tendo inclusive presidido ao conselho fiscal.

O VALOR apurou ainda que a Sonangol terá reconsiderado a sua posição, tendo em conta o movimento interno que apelava para uma auditoria semelhante nas contas da petrolífera.

No entanto, dois conceituados juristas esclareceram ao VALOR, na edição passada, que a auditoria forense deve ser desencadeada no âmbito de uma actividade jurisdicional. A possibilidade da realização da auditoria forense foi um dos pontos da agenda da assembleia-geral da operadora de telefonia que iniciou a 27 de Julho e cujas conclusões ainda não foram tornadas públicas.

STARTUP RECUPERA IMPACTO DA PANDEMIA

Kubinga factura 60 milhões kz por mês

VENDAS. Plataforma reanima após recuo de mais de dois terços nas corridas. Próximos passos passam pelo início da operação no Lubango e Benguela. Mas também pela aposta no escoamento de produtos agrícolas.



Por Guilherme Francisco

A empresa Kubinga, detentora da plataforma com o mesmo nome e conhecida como a 'uber angolana', contabilizou quebras de 71% nas solicitações diárias, recuando de 800 para 230 registos ao longo do estado de emergência (Março e Abril).

O recuo nas corridas diárias, segundo Emerson Paim, CEO da empresa, foi proporcional à redução das receitas, que quebraram

70% para os cerca de 24 milhões de kwanzas por mês.

Emerson Paim nota, entretanto, uma "recuperação satisfatória", com o fim do estado de emergência, estando a facturação mensal agora posicionada nos 60 milhões de kwanzas. "Aproveitámos o mês de Abril para actualizar a aplicação, que, além de transportar pessoas, passa a fazer entregas de produtos, ter lojas virtuais e permitir a actualização da carteira digital. Nestes últimos meses, temos estado a recuperar bastante", reconhece.

Do valor facturado, cerca de 75% é destinado aos mais de 399 proprietários de viaturas inscritas, somente em Luanda,

enquanto os restantes 25% revertidos à plataforma. A plataforma espera que o número de inscritos aumente, nos próximos dias, com a implementação do serviço de 'táxi num clique' na cidade do Lubango, na Huíla, meta atrasada pela pandemia. Benguela será o destino seguinte.

O acesso às divisas para custear a compra de serviços de georeferenciação ao Google, cujos preços "são elevadíssimos", continua a ser a "grande dificuldade" apresentada pela empresa.

APOSTA NA AGRICULTURA Em resultado do défice no escoamento de produtos agrícolas nos vários pontos do país, a startup

que, no ano passado, teve uma facturação de 400 milhões de kwanzas, vai lançar-se no transporte de produtos do campo aos pontos de transformação e de venda. Inicialmente, a operação arranca nas províncias limítrofes de Luanda. O serviço funcionará à semelhança do existente (pedido de táxi). No caso, os proprietários de camiões inscrevem-se na plataforma e, em cada operação, repartem as percentagens, sendo que já existem firmadas algumas parcerias.

Com dois anos de existência, a Kubinga começou com um investimento de 30 milhões de kwanzas, hoje dispõe de mais de 45 mil de usuários.



CONTA BANCÁRIA SIMPLIFICADA

Agora tem mais uma oportunidade de abrir uma Conta Bancária Simplificada. Dirija-se a um banco comercial e abra uma Conta Simplificada, para fins pessoais ou comerciais.

Para fins pessoais, basta apresentar o bilhete de identidade ou um documento de identificação válido, uma fotografia e efectuar um depósito de **5.000 Kz**.

Para fins comerciais, efectue um depósito de **10.000 Kz**, apresente um documento de identificação válido, uma fotografia e a autorização da Administração Local para o exercício de actividade comercial num posto fixo.

Caso pretenda abrir uma conta simplificada **para fins comerciais com TPA**, deposite **20.000 Kz** e apresente a mesma documentação, Bilhete de Identidade e autorização da Administração Local para o exercício de actividade comercial num posto fixo.



COM UMA CONTA BANCÁRIA SIMPLIFICADA
O SEU DINHEIRO FICA MAIS SEGURO
E O SEU DIA-A-DIA MAIS SIMPLIFICADO.

Para mais informações consulte www.consumidorbancario.bna.ao ou contacte +244 222 679 226



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

DEJURE



Bangula Kemba,
advogado de
defesa no “caso
500 milhões”

DIZ ADVOGADO NO CASO ‘500 MILHÕES’ SOBRE DECISÃO DO TS

Argumentação sobre carta de JES “não faz sentido”

JUSTIÇA. Advogado Bangula Kemba defende que “se houvesse dúvida em relação à carta de JES, deveria ouvir-se o antigo Presidente da República através de videoconferência ou outros meios disponíveis para aferir as suas declarações.

Por Redacção

O advogado de defesa Bangula Kemba, no caso ‘500 milhões’ que conheceu a sentença no passado dia 14.08, defende que a argumentação apresentada pelo Tribunal relativamente à carta do ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, “não faz qualquer sentido”.

Para Kemba, o que o tribunal devia fazer é questionar se aquela carta terá sido ou não subscrita pelo [ex-] Presidente da Repú-

blica. “O que não faz sentido”, reiterou, argumentando que, “se houvesse dúvida em relação a isso – e porque tínhamos muito tempo no próprio processo –, era ouvir, através de videoconferência ou outros meios que agora são disponíveis, o próprio [ex-] PR para proferir declarações”.

O que pareceu, reforça o advogado, é que o tribunal, ao dizer que as declarações do antigo Presidente da República coincidem com as declarações do arguido Valter, está a dizer que “aquela carta terá sido feita por alguém e ele (José Eduardo dos Santos) só assinou”. “O que não faz sentido”, sentenciou.

O Tribunal Supremo condenou, na passada sexta-feira, 14.08,

a cinco anos de prisão o ex-presidente do Fundo Soberano, Zenu dos Santos, e a oito anos o antigo governador do BNA, Valter Filipe.

Já ao ex-director do Departamento de Gestão de Reservas do BNA, António Bule Manuel, foi aplicada uma pena de cinco anos e ao empresário Jorge Sebastião, uma pena de seis anos.

Os réus foram condenados a pagar solidariamente ao Estado 5 milhões de kwanzas a título de danos morais, 8 milhões e 512 mil dólares pelos prejuízos, despesas com o processo judicial que correu em Londres num valor de 2 milhões de libras relativos a honorários com advogado, 9.000 dólares relativos a bilhetes de avião e mais

de 5 milhões de kwanzas relativos a ajudas de custo.

A sentença final do julgamento, que arrancou a 9 de Dezembro de 2019, está relacionada com uma suposta transferência indevida de 500 milhões de dólares do BNA para o exterior do país.

O colectivo de juízes absolveu todos os réus das acusações de branqueamento de capitais.

Os arguidos Valter Filipe e António Bule Manuel foram condenados pelos crimes de peculato, burla por defraudação, enquanto José Filomeno dos Santos e Jorge Sebastião pelos crimes de tráfico de influência e burla por defraudação.

Os advogados interpuseram o recurso com efeito suspensivo.

DIZ MPLA

Angola “sem condições” para autarquias

O MPLA defende que Angola está sem condições para institucionalizar as autarquias locais em 2020, por causa dos condicionamentos da pandemia da covid-19.

Esta é a primeira vez que os deputados do MPLA assumem essa posição, depois de a oposição ter exigido, várias vezes, ao longo do presente ano parlamentar, um posicionamento claro do partido.

Em declarações à imprensa, à margem do encerramento do Ano Legislativo, presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, sustentou que o país atravessa uma situação ascendente de casos de covid-19, estando a infecção presente já em 14 das 18 províncias.

Para o deputado, há também questões de ordem legislativa, como a aprovação de alguns diplomas do Pacote Autárquico, que condicionam as autarquias ao longo do ano em curso.

Lucas Ngonda, da FNLA, considerou que o ano legislativo foi “positivo”, na medida em que permitiu debater e aprovar documentos importantes relacionados com as eleições autárquicas.

Já o deputado da Unita Raul Danda entende que, apesar da covid-19, falta ao MPLA “vontade política para a realização de determinadas coisas”.



A INTERFERÊNCIA DO GOVERNO AMERICANO NO REINO DA INICIATIVA PRIVADA ONLINE

Trump versus Tik-Tok, qual é o problema?

TECNOLOGIAS. O que explica que uma aplicação online, conhecida essencialmente pelas inofensivas danças de teenagers, consiga interferir com a política americana do *laissez-faire* capitalista? Uma pista, a empresa detentora da aplicação é chinesa.

O presidente americano, Donald Trump, que a meio do mês passado banir o TikTok dos EUA, onde conta perto de 124 milhões de usuários e em que mais de 90% usa a aplicação diariamente, deu na semana passada o deadline de meados de Setembro aos donos chineses, a empresa ByteDance para concretizarem a venda à Microsoft americana, para manterem a operação em solo americano.

Trump sugeriu também que parte das receitas do acordo de venda deveriam favorecer o

Tesouro Americano porque o governo estava a permitir a operação. Uma interferência na iniciativa privada pouco característica da nação que corporiza o capitalismo e a mínima intervenção estatal junto de empresas privadas.

A legalidade da ordem é questionável e abre um precedente anti-globalização que sugere que, em nome da segurança de dados, cada aplicação só deve funcionar no país de origem. A origem chinesa da TikTok, e o levantamento de dúvidas sobre a colecta

do mesmo tipo de informação pessoal que aplicações como o Facebook recolhe, acontece sob a égide de que nas mãos dos serviços de informação chineses, a informação se tornaria desconfortável para a segurança americana.

No entanto, o rancor do presidente americano parece ter originado no fiasco que a aplicação inadvertidamente infligiu ao seu macro rally político que se realizou em junho, na cidade de Tulsa em Oklahoma, e com que o presidente contava para asseverar

o seu domínio político. Na sua página do Twitter online Donald Trump anunciava que mais de um milhão de apoiantes da sua candidatura tinham reservado bilhetes para o ouvir.

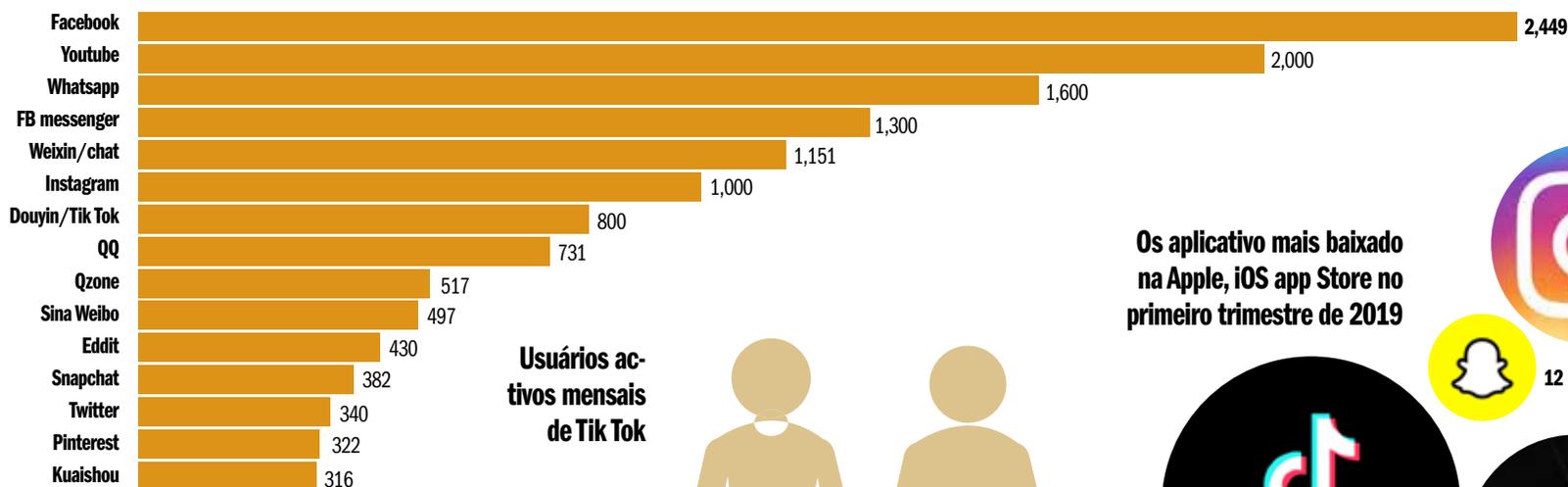
Um grupo de jovens havia apelado à confirmação de lugares pelos usuários do TikTok, dando à equipa de Trump a informação de que estariam presentes mais de um milhão de apoiantes no espaço, muitos grupos que fizeram reservas eram sul coreanos, num esforço de jovens activistas coordenados. No dia da actividade estiveram presentes apenas cerca de 10 mil apoiantes que desafiaram também a covid 19.

A 'sabotagem' deu início à fúria presidencial contra a aplicação, que rapidamente se tornou também uma guerra de interesses entre as gigantes tecnológicas como a Microsoft, que está na pole da corrida para a aquisição e por exemplo o Facebook.

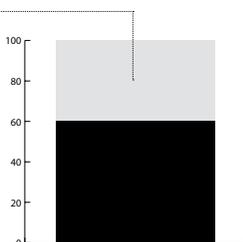
O interesse das grandes tecnológicas justifica-se. A TikTok é uma sensscao entre os jovens e conta já mais de 800 mil usuários a nível mundial.

As plataformas sociais mais usadas do mundo

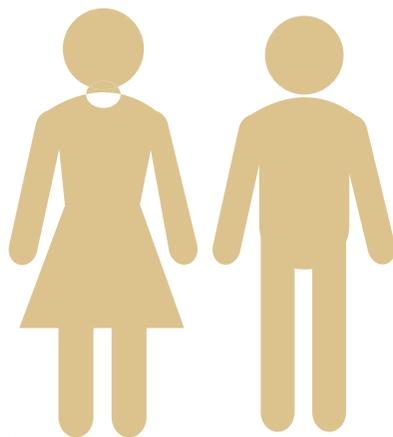
Com base nos usuários ativos mensais, contas ativas, públicos de publicidade ou visitantes únicos mensais (em milhões)



Os usuários do Tik Tok têm entre 16 e 24 anos.



Usuários ativos mensais de Tik Tok



Os aplicativo mais baixado na Apple, iOS app Store no primeiro trimestre de 2019



Data de actualização
25 de Janeiro 2020

(In)formalizando

JOVENS ENCONTRAM ALTERNATIVAS AO DESEMPREGO

Por Guilherme Francisco

Há mais café quente nas ruas de Luanda

COMÉRCIO. Pequenos comerciantes dizem que a pandemia fez recuar a facturação, mas o negócio continua a ser uma alternativa ao desemprego. Há muitos a iniciarem-se na venda de café.



N o período da manhã, sobretudo no intervalo das 5 às 12 horas, é comum verem-se, nas paragens de táxis, nas zonas comerciais ou em outros pontos de concentração de pessoas, em Luanda, jovens a comercializar café instantâneo.

O ofício ganha espaço há mais de seis anos, mas é particularmente nos últimos seis meses, com o aumento do desemprego, que o número de jovens a vender café disparou nas ruas da capital.

Joana Domingos, de 18 anos, e Sebastiana Miguel, de 22, operadoras na zona do São Paulo, viram-se obrigadas a abraçar a actividade, depois de despedidas nas empresas em que trabalhavam. Com o valor da indemnização, decidiram aplicar 10 mil kwanzas para começar o negócio, mas o início não está “fácil”. Em dois meses, a facturação diária não vai além dos mil kwanzas, face à “elevada concorrência” e à reduzida procura.

Imaculada Pedro, 20 anos, também se queixa da sorte. A jovem estudante conta que os dias têm sido “amargos” e que as vendas diárias se ficam por entre 400 e

600 kwanzas, insuficientes para manter o negócio em que aplicou 7 mil kwanzas. “Tem sido bastante difícil, não há clientes e o pouco que faço tenho de mexer para o táxi. Fica ainda mais difícil”, conta a jovem, que viu adiar o sonho de cursar jornalismo por falta de bilhete de identidade.

Outro exemplo é de Fernando Fernando, que está há apenas duas semanas na actividade, em Viana. Pedreiro de profissão, o jovem entrou no negócio em consequência da paralisação das obras, aplicando 8.900 kwanzas. E, ao contrário de Joana, Sebastiana e Imaculada, diz que os resultados “são um pouco animadores”, já que, em 14 dias, juntou 9 mil kwanzas, ao vender o copo de café a 150 kwanzas e a 200 kwanzas o de galão.

EXPERIENTES MANTÊM-SE “FIRMES”

Se é verdade que os novos pequenos comerciantes se queixam da baixa clientela, o mesmo não se diz em relação a quem está há mais tempo. Anália Marta, 18 anos, a vender café há dois anos por conta próprio, explica que a facturação quedou, mas manteve-se em níveis “bons” para continuar com o negócio, graças aos habituais clientes. Ao contrário dos anteriores 9 mil kwanzas de receitas diárias, com a pandemia, os números ficam-se pelos 6 mil kwanzas. Valores de que ficam perto das vendas diárias de outro vendedor, Francisco Salvador. Segundo este jovem que já conta oito meses na actividade, para já, está a facturar entre 3 mil e 5 mil kwanzas, face aos anteriores 7 mil. “A redução deve-se ao receio dos clientes de apanharem covid”, explica.

Um dado curioso é o facto de a maior parte dos comerciantes estar a operar autonomamente, diferente de há algum tempo em que a maioria prestava contas a um patrão. Mas, segundo vários comerciantes, quem ainda tem um patrão trabalha, em média, dois meses para ficar independente. É o caso de Gilberto Membo, de 18 anos. Há apenas três semanas que vende café para uma senhora que lhe paga até 5 mil kwanzas por semana, já pensa, dentro de pouco tempo, ser patrão de si próprio. Assim como Ana Manuel, de 20 anos, a quem a patroa paga 10 mil kwanzas por duas semanas. A meta é “poupar para também investir no meu negócio”.

10

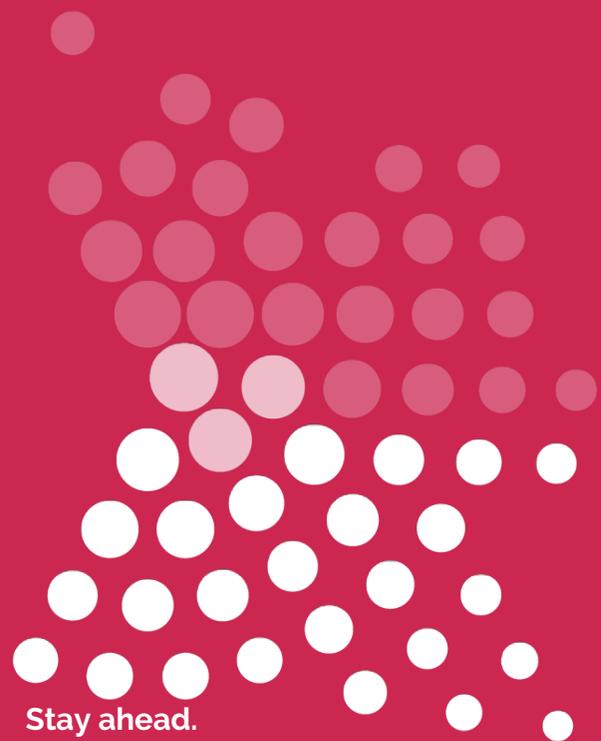
Mil kwanzas, investimento inicial feito por alguns dos vendedores

MEMORIZE

- A actividade ganhou mais operadores nos últimos meses, provocando queda nas receitas mas muitos prometem continuar por falta de alternativas para fazer face ao desemprego e aos desafios impostos pela actual crise económica.

16.OUT.2020

100% DIGITAL.



Stay ahead.

Angola

Innovation Summit



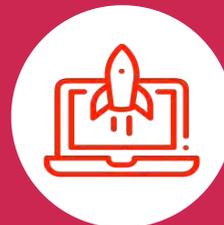
Conferência



Masterclass



Networking



Rampa de Produtos



Exposição
/Feira
Virtual

Uma experiência distintiva.

www.angolasummit.co



PARCEIROS:



MEDIA PARTNER:



Opiniões

Condenação de Valter decreta necessidade de revisão da Constituição



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

A condenação de Walter Felipe, ex-governador do BNA, a oito anos de prisão, pelo Tribunal Supremo, no 'caso 500 milhões', motiva várias discussões e algumas conclusões. Uma destas, e talvez pouco discutida na sequência do julgamento, tem que ver com a necessidade urgente da revisão da Constituição no sentido de se acabar com o regime 'presidencialista' que atribui excessivos poderes ao Presidente da República, colocando os diversos membros do Executivo na condição de YES-MAN.

Se afinal de contas, como ficou agora provado, os auxiliares devem ser responsabilizados por cumprimento de uma orientação do todo-poderoso Presidente da República, das duas uma. Ou mantém-se a Constituição, abrindo-se uma janela nas atribuições dos auxiliares do Presidente no sentido de reduzirem a casaca de YES-MAN dos mesmos, atribuindo-lhes poder para, sempre que necessário, se negarem a cumprir ordens do chefe sem o risco de retaliação, inclusive de exoneração. Ou se avança com a revisão da Constituição, acabando-se com o modelo presidencialista, permitindo que cada ministro passe a agir por sua conta e risco com a devida fiscalização dos deputados.

Ao pensar alto neste texto, entretanto, vozes manifestaram-se contra esta visão, argumentando que, independentemente de serem simples auxiliares, estes devem, perante orientação

de risco, condicionar o cumprimento dessa mesma orientação, mesmo que esteja por escrito. Acreditar nessa tese é manifestar desconhecimento de que, até mesmo na gestão de uma cantina, há decisões urgentes e imediatas que devem ser efectivadas, ainda que perante um eventual confronto com as questões formais. É assim também nos Estados, sobretudo naqueles com mentes militarizadas enraizadas, cujo pensamento segundo o qual a ordem do chefe é uma lâmina é uma realidade.

É o caso de Angola. Foi assim ontem e é hoje. Tanto é que, antes da publicação em Diário da República da autorização do Presidente João Lourenço de se avançar com a compra das aeronaves De Havilland Canada (DHC) Dash 8-400, depois do recuo inicial, já havia movimentos neste sentido. A Taag, por exemplo, já estava a dar formação aos pilotos. Só depois surgiu a formalização por escrito. E se João Lourenço deixasse o poder antes desta formalização, os executivos envolvidos na antecipação e preparação da operação corriam assim o risco de serem julgados e condenados?

Porém, determinada corrente defende que o ex-governador do BNA foi condenado não por ter cumprido a orientação do ex-Presidente, mas por não ter ficado provada a veracidade da carta de JES confirmando a orientação da operação. Ora, se efectivamente havia vontade de se encontrar a verdade, porque é que não se recorreu a outros meios para clarificar se foi JES quem escreveu ou não? Custava, por exemplo, fazer recurso aos serviços da Embaixada de Angola em Espanha? E se os órgãos de justiça acreditam na possibilidade de não ter sido JES quem escreveu, levantando-se, desta feita, a hipótese de falsificação, porque é que se concluiu o julgamento sem abrir uma investigação à volta da suposta falsificação e tentativa de enganar o Tribunal?

Alterações ao IRT em alinhamento com as boas práticas internacionais



Joana Ribeiro,
Manager EY, Tax
services

Com a entrada em vigor da Lei n.º 28/20, de 22 de Julho, trouxe profundas alterações ao Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT), com entrada em vigor a 22 de Agosto de 2020.

No tocante ao alargamento da base de incidência, passam a ser consideradas remunerações acessórias: as gratificações de fim de carreira; o abono para falhas; os subsídios de renda; as compensações pagas a trabalhadores por rescisão contratual independentemente de causa objectiva; as gratificações de férias e o subsídio de natal.

Para efeitos da exclusão da base de incidência, é revogada a tributação na distribuição de lucros a favor dos sócios das sociedades puramente civis (com ou sem forma comercial).

Ao nível das isenções genéricas e específicas, apenas os rendimentos auferidos por cidadãos estrangeiros ao serviço das organizações internacionais e das organizações não governamentais se encontram isentos de IRT. Passam a estar sujeitos a IRT,

possuam contabilidade são abrangidos pelas regras do regime geral do Imposto Industrial. Por sua vez, os contribuintes com modelo de contabilidade simplificada têm direito a deduzir até 30% dos custos incorridos.

No que respeita à liquidação do imposto dos Grupos B e C, em regime de auto-factoração, os contribuintes devem no momento do efectivo pagamento aos fornecedores de bens ou prestadores de serviços, efectuar a retenção na fonte de 2% ou 6,5%, respectivamente, sobre o valor global da factura, bem como proceder ao seu pagamento nos cofres do Estado, no prazo de cinco dias.

Mas a alteração que tem suscitado maior curiosidade por parte dos contribuintes tem sido a actualização das taxas de retenção na fonte de IRT aplicáveis aos rendimentos do Grupo A, destacando-se, desde logo, o alargamento da isenção para rendimentos até Akz 70.000, o qual permitirá aliviar os trabalhadores com rendimentos mais baixos, aumentando assim o respectivo rendimento líquido mensal disponível. Por outro lado, verifica-se um agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos mais elevados, cuja taxa máxima passa de 17% para 25% (para rendimentos superiores a Akz 10.000.001). A este propósito, e considerando a entrada em vigor de todas as alterações ao Código do IRT a 22 de Agosto de 2020, colocaram-se dúvidas sobre a tributação de rendimentos do trabalho do mês de Agosto. Contudo, a Administração Geral Tributária veio clarificar que as novas regras apenas se aplicarão aos rendimentos do trabalho a partir de 1 de Setembro.

Aos rendimentos dos Grupos de Tributação B e C, sujeitos à retenção na fonte, passa a ser aplicável uma taxa de 6,5% sobre os mesmos. Harmonizam-se as taxas aplicáveis sobre a matéria colectável do Grupo B, de 15% para 25%, e do Grupo C, de 30% para 25%.

No âmbito do Regime Especial de Tributação de Serviços Acidentais, os rendimentos pagos por serviços prestados por pessoas singulares não residentes são sujeitos à retenção na fonte à taxa de 15%.

Por todo o exposto, e em face das principais alterações, afigura-se imperativo concluir que este alargamento da base de incidência do IRT, a maior progressividade do imposto, equidade e justiça tributárias, procuram perfilar a tributação dos rendimentos do trabalho em Angola com as boas práticas internacionais.

os rendimentos auferidos por cidadãos nacionais com idade superior a 60 anos derivados do trabalho por conta de outrem, bem como, os rendimentos auferidos por pessoas singulares que prestem serviço militar ou paramilitar nos órgãos de Defesa e Ordem Interna. A isenção de IRT sobre os rendimentos auferidos por familiares de combatente tombado ou perecido deixa de ser aplicável, mantendo-se a isenção apenas para os antigos combatentes, desde que devidamente registados no Departamento Ministerial de Tutela.

Na determinação da matéria colectável dos Rendimentos do Grupo B, quando pagos por pessoas singulares, colectivas ou equiparadas que possuam contabilidade, passam a corresponder ao valor do serviço. Por outro lado, quando a entidade pagadora não disponha de contabilidade, o apuramento deverá ser feito com base nos registos do sujeito passivo. Foi revogada a norma que previa a possibilidade de dedução de encargos no apuramento do rendimento colectável, quando a entidade pagadora não disponha de contabilidade. De referir que aos contribuintes que possuam contabilidade, são aplicadas as regras do regime geral do Imposto Industrial. Os contribuintes que tenham contabilidade simplificada têm direito a deduzir até 30% dos custos incorridos.

Na determinação da matéria colectável dos Rendimentos do Grupo C, os contribuintes que

“O rastreio rigoroso dos repatriados pelas nossas missões diplomáticas tem assegurado que a proporção de casos positivos permaneça extremamente pequena (menos de 0,2%).”

A Índia é um actor construtivo e confiável globalmente



Harsh Vardhan Shringla, secretário das Relações Exteriores do Governo da Índia

A covid-19 continua a cobrar um alto preço mundial. Também na Índia, os casos positivos estão a aumentar. No entanto, a nossa resposta doméstica efectiva levou a uma melhoria significativa na nossa taxa de recuperação, que agora é de 68,78%. A taxa de mortalidade de 2,01% permanece uma das mais baixas do mundo.

Resultados de alta taxa de recuperação e baixa taxa de mortalidade podem ser atribuídos a medidas proactivas tomadas para lidar com o surto desde os estágios iniciais. Começámos a triagem de casos de Covid-19 13 dias antes de o primeiro caso ser detectado na Índia. Implementámos o bloqueio total no 55.º dia do surto, quando tínhamos apenas cerca de 600 casos. A nossa resposta de saúde pública foi apreciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O governo deu passos rápidos para aumentar as infra-estruturas de saúde. Tal como salientou o primeiro-ministro (PM) Narendra Modi, a Índia agora tem mais de 11.000 instalações para casos da covid-19 e 1,1 milhão de camas de isolamento. Aumentámos a capacidade de testes de meio milhão de testes por dia, para um milhão.

A resposta da Índia não se limitou a atender às nossas necessidades domésticas. Temos estado significativamente envolvidos com a comunidade internacional no fornecimento da liderança que a situação global exigia. Como parte interessada responsável nas cadeias globais de fornecimento de saúde, garantimos o acesso oportuno a medicamentos essenciais e materiais médicos para mais de 150 países, ao mesmo tempo que atendemos às nossas próprias necessidades domésticas.



O repatriamento de cidadãos indianos retidos no exterior e expatriação de estrangeiros da Índia para os seus países de origem foram alguns dos aspectos mais bem-sucedidos da nossa resposta

Reafirmámos a nossa posição como os primeiros a responder às crises humanas na região, destacando equipas médicas para ajudar Maldivas, Maurício, Comores e Kuwait a lidar com a pandemia. A Índia também despachou recursos navais para as Maldivas, Maurício, Madagáscar, Comores e Seychelles para prestar assistência. Isso demonstrou o nosso forte compromisso com a visão do

primeiro-ministro de Segurança e Crescimento para Todos na Região (SAGAR).

De importadores líquidos de materiais médicos relacionados com a covid-19, passámos a ser exportadores líquidos. Hoje, fabricamos mais de 500.000 kits de equipamentos de protecção individual (EPP) e mais de 300.000 máscaras N-95 todos os dias. O nosso sistema tem demonstrado a adaptabilidade e agilidade necessárias para aumentar significativamente a produção e ir além das nossas necessidades domésticas.

O repatriamento de cidadãos indianos retidos no exterior e expatriação de estrangeiros da Índia para os seus países de origem foram alguns dos aspectos mais bem-sucedidos da nossa resposta. Nos primeiros dias, o Ministério de Relações Exteriores instalou prontamente uma célula covid e uma sala de controlo 24 horas por dia, 7 dias por semana, para ajudar os indianos no exterior. O primeiro-ministro também dirigiu pessoalmente os nossos chefes de missão para estender toda a assistência possível aos nossos cidadãos retidos no exterior. Posteriormente, a missão Vande Bharat, lançada para repatriar os nossos cidadãos retidos no exterior, foi o maior exer-

cício desse tipo já realizado pelo governo e demonstrou a nossa capacidade de realizar missões humanitárias complexas com eficácia. Mais de um milhão de indianos retornaram sob a missão Vande Bharat até agora por meio de voos humanitários, através das fronteiras terrestres e em navios de guerra. Conseguimos trazer para casa indianos de locais distantes e também facilitámos o retorno de cidadãos do Butão e do Nepal retidos em países terceiros para as suas casas em voos de Vande Bharat.

O rastreio rigoroso dos repatriados pelas nossas missões diplomáticas tem assegurado que a proporção de casos positivos permaneça extremamente pequena (menos de 0,2%). Os testes feitos à chegada pelo Ministério da Saúde e governos estaduais ajudaram a detectar esses casos. A missão simplesmente não termina com a chegada dos nacionais. Também estamos a mapear as suas habilidades à chegada para ligá-los a empresas para oportunidades de emprego.

Também não houve diminuição no nosso alcance diplomático durante a pandemia. Iniciámos e participámos de várias conversas importantes em todo o mundo. A

nossa política de vizinhança em primeiro lugar estava em plena exibição quando o primeiro-ministro organizou uma videoconferência da Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional (Saarc) líderes no início da crise – o nosso primeiro envolvimento desse tipo na covid-19. Ele anunciou uma série de medidas para lidar com a pandemia, incluindo a criação de um fundo de emergência para a covid-19 com um compromisso de US \$ 10 milhões da Índia. Também pedimos uma melhor resposta multilateral às crises globais no futuro. O primeiro-ministro tem, em diversas ocasiões, inclusive nas cimeiras virtuais do G-20 e do Movimento dos Não-Alinhados, proposto a reforma da cooperação multilateral, trazendo as pessoas para o centro dos nossos esforços. As nossas próprias iniciativas, como a International Solar Alliance e a Coalition for Disaster Resilient Infrastructure, são exemplos importantes dessa abordagem. A decisão do G-20 sobre a suspensão do serviço da dívida dos países em desenvolvimento, que a Índia apoiou totalmente, reflecte essa abordagem centrada nas pessoas. Na cimeira denominada Virtual Global Vaccine, o primeiro-ministro destacou como a contribuição da Índia para a resposta global em termos de partilha de medicamentos foi guiada pela nossa filosofia de Vasudhaiva Kutumbkum. O primeiro-ministro também organizou a primeira cimeira bilateral virtual com a Austrália, que foi seguida pela cimeira Índia-União Europeia. Além disso, o primeiro-ministro conversou com os homólogos de 61 países durante este período. O Ministro das Relações Exteriores conversou com os seus homólogos de 77 países. Mantemos canais de comunicação virtual abertos para fortalecer parcerias e lidar com situações relacionadas com compromisso diplomático.

Temo-nos ajustado, adaptado e inovando constantemente para lidar com as mudanças da realidade, principalmente no nosso engajamento com o mundo. E, no processo, tivemos sucesso em elevar o perfil da Índia como um actor construtivo e confiável no cenário mundial.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Imagine o querido leitor que é acusado de um roubo. Acusado publicamente e, que o chefe, em alto e bom som, professa a sua culpa em todas as oportunidades, antes mesmo de ser julgado, apresenta-o como o ladrão. Só que você não roubou. Mais, o dinheiro nem nunca saiu do domínio absoluto do cofre, mas, como o chefe continua a acusá-lo, toda a gente se perfila contra o ladrão que tem de ser punido. Não há coisa roubada, a tentativa de roubo sequer existiu, porque foi o anterior chefe que mandou levar o dinheiro emprestado para ir buscar mais, mas a narrativa da ladroagem está instalada e não há como desinstalar. "Um exímio case study the marketing político a trabalhar". Todos o condenam inclusive a justiça que devia ser cega e surda e atender a factos.

A nossa justiça já cometeu tantas vezes impropérios. Prende advogados no exercício das funções de defesa, prende por política disso então não faltam exemplos, como prender jovens que no uso dos seus direitos se manifestavam. Prende inocentes, a nossa justiça até já prendeu pessoas por matarem outras que estão vivas e que apareceram depois espançadas pelos boatos da sua morte. São tantas as falhas que se percebe que o caso dos 500 milhões não reúne simpatia, essencialmente porque se trata do filho do ex-chefe. A justiça cheia de deficiências que se verga ao poder político é a mesma que ele mesmo deixou

como legado em quatro décadas de poder.

Mas aconteceu muito mais esta semana. Lá fora a Rússia anunciou uma vacina contra o covid 19, praga que anda a destruir vidas e estruturas económicas por todo o mundo. O reino unido anunciou que, para além de quase 47 mil mortos, está a braços com uma recessão de 20%. 20% do PIB de um dos países mais ricos do mundo, esfumou-se em 8 meses, na pior crise económica de que há registo e que ainda não acabou. Mas, se não ouviu falar muito na vacina não se surpreenda, a primeira vacina contra o covid 19 é russa, se fosse americana ou britânica estaria a ser anunciado o fim do covid19 e poderíamos todos voltar à nossa vida.

Muito mais noticiada do que a vacina, foi a escolha do candidato à presidência dos EUA para vice-presidente da nação mais poderosa do mundo. Uma mulher, uma senadora respeitada, negra, por isso uma escolha acertada do ponto de vista do marketing político numa altura em que a América ainda se debate com divisões profundas, com o racismo, e mortes por covid, que se amontoaram essencialmente nas comunidades das minorias étnicas mais pobres e vulneráveis.

Nas eleições americanas passadas os democratas cometeram a gaffe de subestimar Donald Trump, e de acreditar nas sondagens que sempre, até à contagem dos votos, teimosamente lhe davam vantagem. Quando contaram os votos foi o choque.

A candidata da lógica perdeu, tentou até gritar fraude, mas perdeu. De resto, gritar fraude é em África é o pão nosso de cada dia. Já se vai para eleições contando com as alegadas fraudes e a única coisa a esperar, é saber de que forma é que se diz que ela vai acontecer, se através de roubos de urnas, de sobre ou sub-

-contagens, se através de votos inválidos, votos de estrangeiros ou afins. Só na semana passada ouviu-se entre nós 'gritar fraude' nas eleições da ala feminina da UNITA, fraude numa sondagem online em que venceu o partido no poder, e preparação de fraude com a aprovação da obtenção do BI através do cartão de eleitor. Já se está em plena campanha eleitoral, já se veem as t-shirts com a cara do PR nas diferentes doações, e, já é evidente a redução drástica do espaço que a oposição teve na media pública. O online parece ser a arena a que a oposição recorre para tentar equilibrar as contas. Recentemente começou a correr o que apelidaram de febre online "Jlo em 2022 vais gostar", mas o marketing político do MPLA, que anda por aí a distribuir computadores e a arregimentar camaradas, respondeu prontamente, sequestrando a campanha com uma contra-campanha, que toma como certa a vitória em 2022. Uma rápida passagem pelas redes hoje em dia pode levar a acreditar que uma alternância política não só é possível, como é provável, tal é o desgaste que os internautas revelam com o MPLA. Mas se a oposição se fiar nisso, vai ficar mais uma vez apeada, a gritar fraude a partir da bancada. Isto porque uma vitória online ou aqui ou ali não equivale, nem por sombras, a resultados nas urnas, por mais que o eleitorado esteja cansado de ver a mesmas caras no poder. Os facebooks, whatsapps, instagrams e afins não são representativos do eleitorado, principalmente aqui, em que o uso de internet se cinge a 22% da população. E a sugestão de "fecharmos os avós em casa no dia do voto que também vi por online, teria expressão, se o problema fossem mesmo só os avós. O problema maior parece ser mesmo a falta de uma opção viável, por falta de marketing político da oposição. Falta à oposição dar-se a conhecer mais, de forma estruturada para pelar a mais públicos diversos. Falta aproximar-se de facto com soluções, mais do que se apresentar como "não somos o MPLA" e confiar no dito cansaço. E agora pergunto eu, qual é a tendência de governação da oposição em Angola? De esquerda, defendendo mais intervenção do Estado ou de direita defendendo menos?

Qual é o programa de governo? Quais são os objectivos as bandeiras, as metas? Quem são os quadros, o que pensam, estudaram, trabalham, que experiência de vida têm? Uma crítica recorrente do MPLA à oposição é precisamente a falta de gente para levar a bom porto, o barco gigantesco que é o Estado pesadíssimo que temos. Se a oposição fosse diminuir o tamanho do barco ia começar por onde? Com que benefícios? O que aconteceria aos milhões que sempre dependeram do Estado para pagar as contas? Estas perguntas têm poucas respostas e são elas que podem solidificar bases de eleitorado.

No quadro do marketing político o MPLA perdeu um argumento de peso para a UNITA, nomeadamente a vantagem estética que sempre colocou Samakuva em desvantagem contra JES. Mas isso está longe de ser o suficiente particularmente quando o actual líder da UNITA é combatido dentro de casa, precisamente pela sua imagem.

Mas pergunto-me se a oposição já estudou o perfil do seu eleitor. E se ele é de facto maioria, apesar do cansaço que até o MPLA já demonstra consigo próprio.

Recentemente a Rádio Despertar, o braço mediático do maior partido da oposição, deu um passo de gigante no sentido do pluralismo político ao convidar para um debate o director da Rádio Essencial, também historiador e que escreveu um livro sobre Savimbi, em que descreve o líder do Galo Negro nas suas várias facetas, incluindo as incendiárias que o endeusamento da figura teima em ignorar. Apesar de a tolerância parecer estar a aumentar no seio dos 'maninhos', há muito que andar. Os comentários alguns cheios de ódios, de ouvintes, que como a grande parte dos camaradas não entende a noção de apartidarismo, denotam ainda muita dificuldade em lidar com a crítica ao líder. A mesma dificuldade que têm os camaradas. E, isso distancia eleitores que não se identificam com endeusamentos de qualquer espécie, que estão cansados de enaltecimentos que obrigam a fechar os olhos às falhas, por vezes muito graves, que os líderes têm. E talvez esses eleitores cansados de enaltecimentos cegos, sejam a maioria.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 202 Partilhas 155 Likes 613

A edição 202 do Valor Económico em Março deste ano marcado pela pandemia, anunciava o plano de sobrevivência do governo, com o emagrecimento para 21 ministérios, redução da estimativa inscrita no OGE para o preço do petróleo e previsão de recessão a 1,21%. Mais de 6 mil interações animaram as discussões online com os comentários dos internautas a incidir sobre a crise que vivemos actualmente e que ainda não tem fim à vista.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Elias Rodrigues Gabriel Penso que a revisão orçamental deveria ser para os 20 usd., sinceramente.



Nelson Preto Recebam todo dinheiro que deram a projectos que ainda não foram realizados e também não têm nada a ver. Os deputados não estão a trabalhar podem ficar sem salário.



Augusto Fernandes Vamos ainda fazer um OGE só com os imposto não petrolíferos, todo o imposto petrolífero que se conseguir arrecadar para um fundo de reserva controlado e gerido por mais de 2/3 da Assembleia Nacional.



Izequiel Calama Gaieta Gaieta Augusto Fernandes Nem chega para pagar um terço da função pública



Augusto Fernandes Izequiel Calama Gaieta Gaieta O governo tem um custo com o pessoal de 2,1 triliões kzs e tem 380 mil funcionários públicos O imposto não petrolífero + algum quilapi interno dásim para pagar os salários da função pública



Pedro Marciana José Ok. Nivalem igualmente, os subsídios, para que as pessoas não lutem para conseguir um lugar na AGT, no MINFIN, na Sonangol, no Tribunal de Contas, entre outras Instituições, onde por vezes um técnico médio ganha 5 vezes o que o seu professor, 7 vezes, o que o Médico, que nessa hora, está na verdadeira frente de combate, que infelizmente, dizem que são sectores que não produzem. Falta-me saber se em Angola, o conceito de produzir muda! Na essência, produzem -se os bens e serviços.



MC Victor A recessão poderá ser maior. Aumentará o desemprego decorrente do encerramento de empresas.



Carlos Alberto ATE AGORA NÃO PAGAM AS DIVIDAS PÚBLICAS, PROMETERA ATE MARÇO DE 2020



Pedro Carlos António Tudo indica que o que se tem feito para economia angolana parece ser a coisa menos certa desde 2012 até aqui!!! É preciso urgentemente olhar para a produção massiva no campo... E criação de um plano de financiamento conjugado com um sistema de concorrência e competição direta entre as micros e pequenas empresas ou negócios, dando 35 % dos mesmos a produção e indústria, 65% grossistas, retalhistas e serviços.



Braz Cruz Covid 19 é a causa, temos que a controlar, mas não esquecer a FOME, poderá ser uma sequela.



Puto Soyo É só orar eu também não tenho emprego a caminho de 10 anos, mesmo formado



Abraz Fonseca Os outros têm economia p viver mais uns vinte anos, uma semana ou duas de crise, o país já está assim? Que governo q nós temos yah?, só sabem roubar



Rovny Leal E nessa hora que se deve estar a pensar se o foi boa ideia tirar o dinheiro do fundo soberano para o Piim

Covid-19



NOS HOSPITAIS

Fórum sindical denuncia falta de material de biossegurança

O Fórum de Concertação Sindical do Sector da Saúde (FCSSS) denunciou a falta de materiais de protecção individual para técnicos de saúde e utentes dos hospitais do país, devido à covid-19, admitindo “aumento de infecções intra-hospitalares”.

Segundo o coordenador do FCSSS de Angola, Cruz Mateta, a constatação resulta de um levantamento feito em diferentes hospitais do país que avaliou o grau de implementação do Plano Nacional de Contingência para o Controlo da covid-19.

O responsável, que apresentou em conferência de imprensa a nota de protesto do Fórum, submetida a 6 de Agosto ao gabinete da ministra da Saúde, Silvia Lutucuta, revelou terem constatado também a “falta de medicamentos em todos os hospitais do país”. “Verificámos a falta de medicamentos diversos, como soros, seringas, fios de sutura, anestésicos, sistemas, brânulas, sacos colectores, aventais e outros”, afirmou.

Para o também secretário-geral do Sindicato Nacional dos Enfermeiros de Angola, a falta de material de protecção nos hospitais deixa vulneráveis os profissionais de saúde e os doentes, referindo que a situação concorre para o “aumento das infecções intra-hospitalares”.

CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS

Rússia produz 15 mil doses de vacina

A produção do primeiro lote da vacina ‘Sputnik V’, criada pela Rússia para a prevenção da covid-19, ultrapassou as 15 mil doses, declarou a assessoria de imprensa da farmacêutica Binnopharm.

Na última sexta-feira, foi anunciado o início da produção em série da vacina, sem ser especificada a quantidade, mas a empresa revelou que “o primeiro lote industrial da vacina foi de 15.500 doses”, segundo a agência de notícias russa TASS.

No domingo, a Rússia anunciou que a campanha de vacinação em massa começará dentro de um mês. O director do Centro de Microbiologia e Epidemiologia Gamaleya, Alexandr Ginzburg, que desenvolveu a vacina regis-

tada no país contra a doença, indicou que, nos próximos sete ou 10 dias, começarão os estudos pós-registo.

Guinzburg destacou que os estudos vão durar entre quatro e seis meses, mas que isso não será obstáculo para o início da vacinação em massa que será voluntária.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu com cautela a notícia de que a Rússia havia registado a primeira vacina do mundo contra a covid-19, lembrando que esta, como as demais, deve seguir os procedimentos de pré-qualificação e revisão estabelecidos pela agência. A vacina russa não estava entre as seis que a OMS referiu, na semana passada, como sendo as mais avançadas.



CERCA DE 2.500 MANIFESTANTES

Protestos em Madrid contra o uso da máscara

Cerca de 2.500 pessoas protestaram na Praça de Colón, em Madrid, contra o uso obrigatório de máscaras e outras medidas de combate à pandemia impostas pelo governo espanhol, segundo a estimativa avançada pela polícia à agência EFE.

Para os manifestantes que se reuniram na emblemática praça madrilenha, as medidas impostas pelo executivo espanhol atentam “contra os direitos humanos”, já que “as pessoas saudáveis não deveriam usar máscara”, prática que consideram “uma autêntica tortura”, segundo a agência espanhola.

As críticas atingem as mais altas autoridades, como a Organização Mundial de Saúde, que acusam de ter criado “uma falsa pandemia”.

De acordo com os dados que a polícia espanhola avançou à EFE, a manifestação convocada através das redes sociais terá agregado “entre 2.500 e 3.000” pessoas, sendo que muitas delas não usaram máscara.

A pandemia da covid-19 já provocou mais de 766 mil mortos e infectou mais de 21,5 milhões de pessoas em 196 países e territórios, segundo um balanço feito pela agência AFP.

A REDE ACTUAVA NUMA REPROGRAFIA EM LUANDA

Polícia prende rede que falsificava testes da covid-19



O Serviço de Investigação Criminal (SIC) desmantelou uma rede de falsificadores de comprovativos de teste da covid-19.

A rede actuava numa reprografia, no Mercado dos Kwanzas, no Cazenga, em Luanda. De acordo com informações publicadas na página do Ministério do Interior, no Facebook, os infractores circundavam as paragens de transportes colectivos inter-provinciais, a fim de aliciarem indi-

víduos que pretendiam viajar para fora de Luanda e que não dispunham do teste da covid-19.

A rede cobrava 25 mil kwanzas, sendo 15 mil para o teste e 10 para a credencial de circulação da viatura. No momento da detenção, foram ainda apreendidos os meios utilizados para o cometimento dos crimes, sendo um computador de mesa, duas impressoras, sete comprovativos de testes, dos quais três já preen-

chidos com resultados negativos, com os números ‘987’, ‘956’, ‘887’, quatro modelos não preenchidos, 10 cópias de bilhetes de identidade, entre outros documentos, e 12 mil kwanzas.

Dados preliminares da operação revelam que os maiores compradores dos comprovativos falsos são os viajantes com destino ao Uíge e Zaire, com uma venda estimada em mais de 10 comprovativos.

O GOVERNO CHINÊS aprovou a sua primeira patente para uma candidata a vacina contra covid-19, concedida à empresa biofarmacêutica chinesa CanSino, segundo informações divulgadas nesta segunda-feira pela imprensa do país.

NA INFORMAÇÃO

TAP pede desculpas por lapso

A TAP admitiu ter cometido “um lapso” na informação enviada aos passageiros sobre o cancelamento de voos de Angola, depois de um protesto do Instituto Nacional de Aviação Civil (Inavic), que era visado nas comunicações.

Em resposta à agência Lusa, a companhia referiu que “enviou uma comunicação a informar os passageiros do cancelamento de voos em Angola, contudo, por lapso, ao invés da comunicação aos passageiros fazer referência à pandemia da covid-19 e consequentes restrições definidas pela lei, fez erradamente referência ao Inavic”.

O Inavic tinha acusado a TAP de estar a recusar o embarque de passageiros autorizados a entrar em Angola, tendo enviado um protesto formal à transportadora, admitindo tomar medidas sancionatórias.

Na resposta à agência Lusa, a TAP lamentou e pediu “sinceras desculpas” pelo sucedido. “Retratando-se do erro cometido, a TAP já corrigiu a informação a ser enviada aos passageiros, já não constando qualquer referência ao Inavic”.



DESDE QUE ASSUMIU O PODER

Bolsonaro tem maior aprovação de sempre

O índice de aprovação do governo do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, subiu para 37%, a maior percentagem desde que assumiu o poder em 2019, apesar da sua gestão questionada durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, 37% dos brasileiros qualificaram a gestão de Bolsonaro como “ótima ou boa”, face aos 32% que pensaram

assim no final de Junho. Este é o melhor resultado obtido por Bolsonaro nas pesquisas Datafolha desde a chegada à presidência do Brasil a 1 de Janeiro de 2019.

O índice de rejeição do chefe de Estado, por sua vez, caiu 10 pontos, de 44% para 34%, enquanto outros 27% consideram que o desempenho do governo brasileiro é “regular”.

Bolsonaro, que no passado criticou o resultado de outras

pesquisas de opinião sobre a sua gestão, reagiu desta vez com ironia.

“Certo, meia verdade ou ‘notícia falsa’? Bom dia a todos”, escreveu o chefe de Estado numa mensagem nas redes sociais juntamente com a imagem da capa do jornal Folha de S.Paulo, que publicou a pesquisa antecipadamente.

A sondagem foi feita a partir de entrevistas telefónicas com 2.065 pessoas, entre 11 e 12 de

Agosto, e tem margem de erro de dois pontos percentuais.

De acordo com o Datafolha, o aumento da popularidade do governo brasileiro coincide com uma moderação no tom adoptado pelo presidente e com a distribuição de subsídios destinados às camadas mais pobres da sociedade para amenizar os efeitos das medidas de distanciamento social impostas para conter a proliferação da covid-19.

POR CAUSA DA PANDEMIA DA COVID-19

Importações de combustíveis em Cabo Verde em baixa

As importações de combustíveis por Cabo Verde caíram mais de 18% no primeiro semestre do ano, face ao mesmo período de 2019, para 32,6 milhões de euros, segundo dados do banco central, desse país.

A quebra é, desde logo, justificada com a paragem da actividade económica desde meados de Março, para conter a pandemia da covid-19, que

obrigou à declaração de estado de emergência, diferenciado por ilhas, em Abril e Maio.

De acordo com dados de um relatório estatístico do Banco de Cabo Verde, compilados pela agência Lusa, de Janeiro a Junho deste ano, o país importou mais de 36,2 milhões de euros em combustíveis.

Esse registo, comparado aos 40 milhões de euros

importados, também em gasolina, gasóleo e petróleo, no primeiro semestre de 2019, reflecte uma quebra de 18,2% em termos homólogos.

As maiores quebras nas importações de combustíveis registaram-se em Maio e Junho, com Cabo Verde a comprar, respectivamente, o equivalente a 3 milhões de euros – uma descida de mais de 53% face ao mesmo mês de 2019.



Marcas & Estilos



Um presente perfeito

Com uma elegância natural, esta jóia da Gia Nho apresenta um tabuleiro único e prático feito de chifre de búfalo de água para guardar qualquer acessório. O material proporciona uma superfície macia que não rrisca nem danifica as jóias. E por ser único, é o presente perfeito para qualquer ocasião especial.



Companhias de luxo

Torne qualquer momento encantador com estes companheiros majestosos de bolso. Imagine flutuar no pôr-do-sol sobre o seu unicórnio Get Floaty enquanto toma uma deliciosa bebida gelada que é transportada nas costas de uma peça mágica.



AUTOMÓVEL

Quer respeito? Conquiste-o!

A Genesis, marca de luxo da Hyundai, está a considerar lançar versões híbridas plug-in dos modelos nos próximos anos. Com os novos veículos, a montadora sul-coreana quer reforçar a briga com outras marcas premium, como Audi, BMW, Cadillac, Mercedes-Benz e Volvo. A Hyundai acredita que soluções alternativas de propulsão são o futuro da indústria automobilística e as marcas de carros de luxo vão concentrar-se nesse segmento mais que os fabricantes tradicionais. O modelo possui um bom motor e freios altamente calibrados. Pode percorrer cerca de 800 km no modo de electricidade. Dispõe de uma câmara de visão traseira com sensores de estacionamento, um padrão em todos os modelos.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 31 DE AGOSTO

Exposição 'Sínteses - Um artista, múltiplas linguagens' de Álvaro Macieira, no Centro Cultural Camões. Os interessados podem marcar a visita por e-mail: icamoes.ccluanda@gmail.com, ou pelo terminal telefónico 938141858.

19 DE AGOSTO

Poesia à quarta-feira 'Sofá de Mello Breyner', organizado pela Academia BAI, a partir das 16 horas, com transmissão em directo na página da promotora do evento.

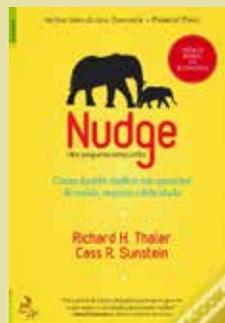
23 DE AGOSTO

'Live no Kubico' com os Nambua e Versáteis, a partir das 14 horas. O concerto vai ser transmitido na TPA 1 e no Youtube do Platinaline.

29 DE AGOSTO

Angola Fashion Awards, Moda na Era Digital, 2.0', a partir das 19 horas.

LIVROS



NUDGE - a obra de referência do Prémio Nobel Richard H. Thaler - explica-nos o processo de decisão e como podemos aperfeiçoá-lo. Com recurso a décadas de experiências no campo da economia comportamental, os autores mostram-nos como usar a "arquitetura da escolha".



O GATO PRETO E OUTROS CONTOS... As histórias de Edgar Allan Poe confrontam a violência dos pensamentos mais sombrios do ser humano. Na verdade mais crua, podem esconder-se a insanidade e o horror.



TURISMO

Nantes, uma das mais dinâmicas de França

Renascida como uma das cidades mais dinâmicas e culturalmente progressivas de França, Nantes não esconde a natureza inovadora. Povoada de artistas, engenheiros e estudantes, a silhueta está em constante mudança, mas permanece ancorada pelas raízes medievais e o rico património marítimo.

Aproveite e descubra porque tantas pessoas escolhem hospedar-se no Oceania Hotel de France. Com uma combinação ideal de preço bom, conforto e conveniência, o hotel oferece um ambiente romântico com várias comodidades.

E se se interessa por descobertas gastronómicas, o restaurante A L'ardoise oferece uma proposta original de comida de fusão audaciosa. O menu sofisticado, com técnicas aprimoradas, acaba com um equilíbrio perfeito de sabores.

ESPECIALISTA SUGERE RECURSO A REPUXOS NA BAÍA DE LUANDA

Construções e águas residuais estão a matar peixes

AMBIENTE. Especialistas recomendam a adoptar urgentes medidas no sentido de aumentar o nível de oxigénio e salvar a vida marinha na Baía de Luanda.



Investigação
Pesqueira explica
morte de peixes

Por Guilherme Francisco

Resultado da pesquisa efectuada pelo Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha (INIPM) indica a morte de vários peixes na Baía de Luanda na passada quarta-feira, 06.08, foi causada pela falta de oxigénio. Segundo amostras, o nível de oxigénio da água é inferior a 1.164 ml/L quando no mínimo a vida marinha vive com um valor de 5,0 ml/L.

Marco Arruda, especialista em Biologia Marinha, explica que na

base do nível baixo de oxigénio estão as construções efectadas na margem da Baía de Luanda, onde parte do mar foi entulhado, factor que impossibilita a oxigenação da água principalmente na época de cacimbo.

“Pelos vistos há correntes marinhas mais fracas que não ajudam à renovação de água. Mas há algo que ninguém quer admitir é que a Baía está cada vez menor e mais fechada. Conquistaram algum terreno à Baía e do lado da ilha onde havia uma ponte noutros tempos, havia outro braço de mar que ajudaria muito na circulação e renovação de água, hoje em dia sabe-se como está”, afirma.

Outro factor da não oxigenação do mar são as águas residuais

provenientes de vários pontos de Luanda e de navios, sem nenhum tratamento. Por isso, José Alexandre Palanca, engenheiro Sanitarista e Ambiental, adverte a necessidade de se criar estações de tratamento de águas residuais e industriais, esta última produzida principalmente pelas grandes embarcações.

“É importante que toda a malha habitacional da Baía tenha um sistema de tratamento de esgoto como manda a legisla nacional e internacional. A água do esgoto não tratada, por existir muito nutriente, em alto-mar prolifera algas. O que está a acontecer é que se proliferou muitas algas e acabaram por consumir muito oxigénio da água”, observa.

Na eventualidade de não se

optar por uma rápida solução, referem os especialistas, basta existir alguns esgotos a drenar para a Baía e haver marés mais fracas nos próximos tempos mais espécies marinhas vão morrer. Visto que é ‘impossível’ demolir as construções ao longo do mar, Marco Arruda, sugere a instalação de repuxos de água que fizessem “movimentar a água em diversos locais, arejando a coluna de água.” Entretanto, os arejadores seriam colocados estrategicamente em determinados pontos e “seriam postos a funcionar quando os níveis de oxigénio baixassem.” Além de jogar um papel importante no ambiente marinho, os repuxos poderão ser um factor de atracção turística.



ANGOLA PARA A ÁSIA

Continua o tráfico de marfim

A organização Internacional da vida selvagem (Traffic) acredita que escultores de marfim de nacionalidade asiática estejam activos em Angola, dedicando-se ao comércio ilícito de artefactos de elefantes.

Com base em dados sobre a aplicação da Lei em Angola, a representante da organização, Joana van Halsema, disse haver demonstrações de que consórcios vietnamitas estão a gerir centros, no país, para movimentar marfim para a Ásia, passando pela Malásia, Laos ou Camboja.

Joana van Halsema avançou a informação no webinar promovido pela Fundação Kissama em parceria com o Instituto da Biodiversidade e Áreas de Conservação (Inbac), uma acção realizada no quadro do dia Mundial dos Elefantes.

A especialista, que apresentou o tema ‘Protecção dos Elefantes em Angola’, disse existir ainda um índice elevado de marfim no mercado angolano.

Angola, de acordo com a Traffic, é um país importante em África para a exportação comercial de marfim trabalhado, tendo um registo de mais de 10 quilogramas de marfim levado para o exterior, entre 2015 e 2017.

NÚMEROS DA SEMANA

70%

Proporção dos equipamentos no Porto do Lobito que estão inoperantes, segundo o PCA da empresa, Celso Rosas, quando fazia o balanço dos primeiros 100 dias.

266.265

Trabalhadores, no segundo trimestre deste ano, que estiveram ausentes do trabalho por causa da covid-19, segundo o INE.

8,9

Mil milhões de kwanzas, valor que a empresa Angonabeiro vai investir para melhorar as suas instalações produtivas e ampliar a capacidade de exportação, segundo o director-geral, Miguel Carvalho.

5.700

Multas que a Polícia Nacional aplicou por falta de uso de máscara na via pública, segundo o porta-voz do Ministério do Interior, Valdemar José.

RESTRICÇÕES LEVAM A DESCONTENTAMENTOS

Kuenda é lançado no Icolo e Bengo

O Programa de Transferências Sociais Monetárias, denominado Kwenda, foi lançado, esta segunda-feira, no município de Icolo e Bengo, em Luanda. O programa prevê beneficiar 19.800 famílias de 122 bairros e a primeira fase das transferências será realizada na primeira semana de Outubro, enquanto a segunda, no fim de Dezembro.

Ana Machado, directora provincial de Luanda do Fundo de Apoio Social (FAS), explica que a selecção das localidades beneficiárias foi definida com base nos critérios impostos pelos ministérios da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e da Saúde, nomeadamente o tipo de “assentamento, de habitação, densidade populacional e acesso ao serviço básico da rede pública de água, energia e saúde.” Os seleccionados serão submetidos a um outro cadastramento.

A selecção das localidades beneficiárias deixou, entretanto, grande parte dos administradores distritais e autoridades tradicionais indignados pelo facto de 70% dos habitantes do município se encontrarem em estado de vulnerabilidade. Eduardo Mabanza, administrador do distrito urbano da Bela Vista, considera que os critérios de selecção definidos “nem sempre vão ao encontro da realidade local.” Dá como exemplo o bairro 44 que, com cerca de 30 mil habitantes, não tem água potável, energia eléctrica e dispõe de apenas um posto médico que funciona das 7 às 15 horas. Apenas um médio atende no posto. Outra questão levantada pelo administrador municipal adjunto de Icolo e Bengo para a Área Financeira, Natividade da Silva, tem que ver com a existência de menos de cinco caixas electrónicas (ATM), todas concentradas na sede Catete, o que obrigará as populações de zonas longínquas a deslocarem-se sempre. No entanto, Ana Machado descarta constrangimentos na atribuição da renda, argumentando que, nas zonas onde não existem bancos, a atribuição é feita através dos agentes da operadora telefónica Unitel. Além das transferências sociais monetárias, está em forja a componente de inclusão produtiva que visa apoiar os produtores dos variados sectores a nível de material técnico e formação. As próximas zonas da capital a beneficiar do programa são Cazenga e Cacuo.

BENEFICIÁRIOS DESACTIVADOS

Os beneficiários do programa não podem ser funcionários públicos ou de qualquer empresa com ordenado mensal. Segundo fonte próxima consultada pelo VALOR, 40 beneficiários cadastrados no município do Nzeto, no Zaire, foram desactivados por serem funcionários públicos. Do grupo, destaca-se um empresário, agentes da polícia e enfermeiros.

Guilherme Francisco



Mário Mujetes © VE

PROCURA DE PETRÓLEO

OPEP admite queda de 9,1 milhões de barris/dia

A Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) estima que a procura mundial de petróleo deve situar-se nos 90,6 milhões de barris por dia (bpd), em 2020, o que representa uma queda de 9,1 milhões de barris face a 2019 e menos 100 mil bpd comparativamente à previsão do cartel há cerca de um mês.

No relatório mensal sobre o mercado de petróleo, a OPEP agora prevê

que a economia global encolherá 4% este ano, mais do que a queda de 3,7% esperada na previsão de Julho, devido ao negativo adicional impacto da pandemia da covid-19.

Devido aos menores níveis de actividade económica em alguns dos principais países em desenvolvimento, a procura global de petróleo, neste ano, está prevista para 90,6 milhões de bpd. Já para 2021, a OPEP estima que a procura global cresça 7 milhões de bpd, com o aumento esperado inalterado em relação à projecção do mês passado.

EM 2019

Importação de vinhos portugueses recua 6,8%

As compras angolanas de vinhos portugueses, em 2019, ficaram-se pelos 36,9 milhões de euros, uma redução de cerca de 6,8% face a 2018 em que valeram cerca de 39,6 milhões de euros.

Os cálculos são do VALOR com base num relatório sobre o ‘Comércio Internacional Português do Vinho’, que estima em cerca de 4,5% a quota do mercado angolano nas exportações portuguesas que valeram pouco mais de 822,1 milhões de euros.

No global, as importações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) registaram uma ligeira redução, mantendo-se a tendência que

se regista desde 2016. “Com uma ligeira desaceleração em 2010, a exportação portuguesa de vinho para os Palop foi sustentadamente crescente de 2000 a 2014, ano em que atingiu 15,7% do total, para decrescer acentuadamente nos dois anos seguintes (6,7% em 2016), e com um comportamento tendencialmente decrescente a partir de então (6,2% em 2019)”, lê-se no documento.

Dados do ano passado davam conta que os vinhos portugueses em Angola correspondiam a 80% do mercado, seguindo-se os sul-africanos e os franceses com 8,5% e 4,3% respectivamente.